



Aeroporto de
Brasília

AEROPORTO DE BRASÍLIA



Demonstrações Financeiras Anuais | 2013

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013
Aos Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral as Demonstrações financeiras da Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Inframerica"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2013.

Mensagem da Administração:

O Governo Federal do Brasil, visando acelerar os investimentos necessários para adequar a infraestrutura aeroportuária ao crescimento da demanda de passageiros, que deverá atingir altos índices principalmente nos grandes eventos esportivos que o país sediará, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, decidiu conceder à iniciativa privada em 2011 três aeroportos: Viracopos, Brasília e Guarulhos. Os consórcios vencedores tem participação acionária de 51% e a Infraero, estatal que administrava estes aeroportos, 49%.

A proposta vencedora pela concessão do Aeroporto de Brasília foi a apresentada pelo Consórcio Inframerica que é fruto da união da Infravix Empreendimentos S.A., empresa controlada pelo grupo Engevix, com a Corporación América S.A., empresa argentina com experiência internacional em concessões aeroportuárias. Cada empresa detém 50% de participação no consórcio.

Como deveres estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto. Até o evento, o Consórcio irá trabalhar na reforma dos terminais (TPS1) e (TPS2) e na construção de um novo terminal, com 15 novas posições de embarque, divididas em dois píeres, aumentando de 13 para 28 o número de pontes de acesso aos aviões.

Fatos relevantes:

O primeiro ano completo de operação do aeroporto foi marcado pelo avanço das obras, melhorias operacionais, forte atuação em maximização de receitas não tarifárias e crescimento do número de passageiros.

O avanço físico das obras está em linha com o programado, em torno de 70% de conclusão até a data de encerramento deste exercício e o compromisso da administração é entregar todas as obras programadas conforme os prazos pactuados no contrato de concessão. Algumas entregas já foram realizadas em 2013 como a ampliação do estacionamento que dobrou sua capacidade, novos banheiros, reformas no terminal 2, novo sistema de restituição de bagagem, dentre outros. Em 2013, a Companhia pagou a primeira das vinte e cinco parcelas da Outorga, no valor de R\$ 194 milhões. Para fazer frente a este compromisso e disponibilização de recursos para a obra, foi aportado pelos acionistas na forma de capital social e AFAC o valor de R\$ 261 milhões em 2013, totalizando um aporte acumulado desde o início da concessão em R\$ 363 milhões.

Para financiamento da obra, além do aporte dos acionistas, a Companhia obteve a liberação do empréstimo-ponte com o BNDES no valor de R\$ 488 milhões e em dezembro foi aprovado o financiamento de longo prazo no valor de R\$ 840 milhões com BNDES e Caixa Econômica Federal, para liberação em 2014 quando será liquidado o empréstimo-ponte.

O resultado alcançado na operação do ano, um EBITDA de R\$ 140 milhões está alinhado com o planejamento, com destaque para as receitas não-tarifárias que apresentaram crescimento de 103% em relação ao ano completo de 2012, incluindo os onze meses que ainda estavam sob administração da Infraero. Neste período foram fechados contratos com grandes empresas do mercado varejista e gastronomia. A quantidade total de passageiros saiu de 15,9 milhões em 2012 para 16,6 milhões em 2013, um aumento de 4,5%. A grande alavanca deste crescimento foi gerada pelos passageiros em conexão, onde tivemos um crescimento de 8,8 % consolidando a vocação do Aeroporto de Brasília como o maior hub da aviação doméstica no Brasil. Abaixo quadro demonstrativo do EBITDA ajustado:

	Ajustes para EBITDA Ajustado					
	DRE Contábil	Incorporação	Margem da	Outorga	Outorga	Resultado
	2013	Subsidiárias(a)	Construção	Fixa	Variável	Ajustado
				(Nota 18(a))	(Nota 18(b))	
Receita operacional líquida	899.481	112.139	(718.374)			293.246
(-) Custos dos serviços prestados	(844.385)	(34.914)	704.288	60.994	7.969	(106.048)
Lucro operacional bruto	55.096	77.225	(14.086)	60.994	7.969	187.198
Despesas de comercialização	(986)	(5.338)				(6.324)
Despesas administrativas	(18.605)	(14.191)				(32.796)
Participação nos prejuízos de controladas	(64.726)	64.726				-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(8.125)	(81)				(8.206)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(37.346)	122.341	(14.086)	60.994	7.969	139.872
Resultado financeiro líquido	(11.858)	(111.531)	-	125.294	-	1.905
Resultado operacional antes dos impostos sobre o lucro	(49.205)	10.810	(14.086)	186.288	7.969	141.777
Imposto de renda e contribuição social	(6.625)	(10.810)				
Lucro/Prejuízo do exercício	(55.830)	-				
Deprec./Amort.						415
Resultado financeiro líquido						(1.905)
EBITDA Ajustado sem Outorga						140.287

(a) Demonstração do Resultado do Exercício das empresas subsidiárias "Comercial" e "Estacionamento" antes da incorporação.

A Companhia continua buscando maximização de resultado em todas as frentes. Em 2014 após conclusão das obras de ampliação haverá melhores condições operacionais para redução de custos e ampliação das receitas não-tarifárias com a disponibilização de novos espaços que serão explorados por marcas importantes em um layout totalmente remodelado para melhor atender o cliente e proporcionar maior geração de valor. Outro ganho importante ocorrerá na redução da carga tributária com a entrada em vigor da nova alíquota de ISS que passará a ser de 2%, a partir de 1º de janeiro de 2014. A alíquota até 2013 era 5%.

O ano de 2014 será de grandes desafios, com a Copa do Mundo, quando será exigido o máximo da Inframerica para o atendimento dos clientes que passarão pelo aeroporto e esperam ter a melhor experiência pela grande expectativa gerada do que será o novo aeroporto. Todo o investimento realizado pela Companhia vai de encontro ao atendimento desta demanda concentrada nos grandes eventos esportivos e aumento da capacidade operacional do Aeroporto.

Brasília, 11 de abril de 2014

A ADMINISTRAÇÃO



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo		Nota 2.18
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	36.760	59.697
Contas a receber de clientes (Nota 6)	31.468	15.022
Partes relacionadas (Nota 7)	8.653	48.922
Tributos a recuperar (Nota 8)	13.053	170
Despesas antecipadas.....	3.418	1.211
Outros ativos (Nota 9).....	22.257	24
	115.609	125.046
Ativo não circulante		
Tributos a recuperar (Nota 8)	27.275	
Tributos diferidos (Nota 23(b)).....	2.400	9.025
Contas a receber de clientes (Nota 6)	600	
Outros ativos (Nota 9).....	1.239	
	31.514	9.025
Intangível (Nota 10).....	3.470.452	2.582.013
Imobilizado (Nota 11).....	1.867	1.143
Total do ativo.....	3.619.442	2.717.227
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivo		Nota 2.18
Passivo circulante		
Salários e encargos sociais	8.869	1.152
Fornecedores (Nota 12).....	37.269	10.210
Empréstimos e financiamentos (Nota 13).....	521.309	
Tributos a recolher.....	7.195	2.175
Partes relacionadas (Nota 7)	30.584	24.797
Compromissos com o poder concedente (Nota 14).....	213.674	196.320
Outros passivos (Nota 15).....	16.939	7.620
	835.840	242.274
Passivo não circulante		
Compromissos com o poder concedente (Nota 14).....	2.481.260	2.391.515
Empréstimos e financiamentos (Nota 13).....	13.735	
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16(b)).....	120.543	
	2.615.538	2.391.515
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 16(a))	243.251	243.251
Capital social a integralizar (Nota 16(a)).....		(140.457)
Prejuízos acumulados.....	(75.187)	(19.356)
	168.064	83.438
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	3.619.442	2.717.227

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Exercício Findo em 31/12/2013	Período de 18/05/2012 a 31/12/2012
		Nota 2.18
Operações continuadas		
Receita operacional líquida (Nota 17)	899.481	69.241
(-) Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(844.385)	(68.078)
Lucro operacional bruto	55.096	1.163
Despesas de comercialização	(986)	(1.001)
Despesas administrativas (Nota 19)	(18.605)	(5.255)
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas (Nota 20)	(64.726)	(3.849)
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(8.125)	(13.082)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(37.346)	(22.024)
Receitas financeiras	3.564	858
Despesas financeiras	(15.422)	(7.215)
Resultado financeiro líquido (Nota 22)	(11.858)	(6.357)
Prejuízo operacional antes dos impostos sobre o lucro	(49.205)	(28.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23)	(6.625)	9.025
Prejuízo do exercício/período	(55.830)	(19.356)
Prejuízo por lote de mil ações - Em reais	(0,23)	(0,08)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Exercício Findo em 31/12/2013	Período de 18/05/2012 a 31/12/2012
		Nota 2.18
Receita	926.076	71.015
Receitas tarifárias	149.684	12.459
Receitas não tarifárias	58.018	
Receita de construção	718.374	58.556
Insumos adquiridos de terceiros	(810.964)	(78.847)
Custos operacionais	(78.661)	(6.305)
Custos do serviço de construção	(704.288)	(57.409)
Outras despesas	(27.717)	(15.133)
Valor adicionado bruto	115.382	(7.832)
Depreciação e amortização	(61.408)	(3.550)
Valor adicionado líquido produzido	53.974	(11.382)
Valor adicionado recebido em transferência	(61.162)	(2.991)
Resultado de equivalência patrimonial	(64.726)	(3.849)
Receitas financeiras	3.564	858
Valor adicionados total a distribuir	(7.188)	(14.373)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	19.757	4.770
Remuneração direta	17.260	4.342
Benefícios	1.888	258
FGTS	609	170
Impostos, taxas e contribuições	13.463	(7.002)
Federais	554	(7.872)
Municipais	7.485	622
ANAC	5.424	248
Remuneração de capitais de terceiros	15.422	7.215
Juros variações cambiais e outros	15.422	7.215
Remuneração de capitais próprios	(55.830)	(19.356)
Prejuízo do Exercício	(55.830)	(19.356)
Valor adicionado Distribuído	(7.188)	(14.373)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital - AGE 24 de maio de 2012 (Nota 16(a)).....	24.325		24.325
Integralização de capital - AGE 20 de novembro de 2012 (Nota 16(a)).....	19.986		19.986
Integralização de capital - AGE 14 de outubro de 2012 (Nota 16(a)).....	58.483		58.483
Prejuízo do exercício originalmente apresentado.....		(32.798)	(32.798)
Ajustes (Nota 2.18).....		13.442	13.442
Prejuízo do período ajustado (Nota 2.18).....		(19.356)	(19.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	102.794	(19.356)	83.438
Integralização de capital (Nota 16(a)).....	140.457		140.457
Prejuízos do exercício.....		(55.830)	(55.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	243.251	(75.187)	168.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Exercício Findo em 31/12/2013	Período de 18/05/2012 a 31/12/2012 Nota 2.18
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(49.205)	(28.382)
Ajustes:		
Depreciação e amortização.....	61.408	3.550
Margem de construção.....	(14.086)	(1.148)
Provisões.....	(1.928)	
Contribuição variável.....	5.424	248
Despesa financeira.....	13.858	7.215
Resultado de equivalência patrimonial.....	64.726	3.849
	80.197	(14.668)
Variações ativas e passivas:		
Contas a receber de clientes.....	(17.046)	(15.022)
Partes relacionadas.....	25.096	(19.754)
Tributos a recuperar.....	12.256	
Despesas antecipadas.....	(2.207)	
Outros ativos.....	(5.685)	(1.405)
Salários e encargos sociais.....	7.717	1.152
Fornecedores.....	8.821	10.210
Tributos a recolher.....	5.020	2.175
Outros passivos.....	24.216	3.771
Compromisso com o poder concedente.....	11.930	
	70.118	(18.873)
Caixa gerado/aplicado nas operações	150.315	(33.540)
Juros pagos.....	(9.554)	(105)
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	140.761	(33.645)
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado.....	(969)	(1.157)
Aquisição de ativos intangíveis.....	(952.980)	(8.295)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(953.949)	(9.452)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital.....	140.457	102.794
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16(b)).....	105.509	-
Empréstimos líquidos tomados.....	544.284	-
Caixa proveniente das atividades de financiamentos	790.250	102.794
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	(22.937)	59.697
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	59.697	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	36.760	59.697

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. (“Inframerica” ou “Companhia”) foi constituída em 18 de maio de 2012, tendo como objeto exclusivo exercer as atividades de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Brasília, conforme contrato de concessão estabelecido com a Agência Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) assinado em 14 de junho de 2012. Com base no Decreto 7.531/2011, por meio da ANAC, o Governo Federal decidiu conceder à iniciativa privada a gestão dos Aeroportos de Viracopos, Guarulhos e Brasília. A Inframerica apresentou a melhor proposta para a concessão do Aeroporto de Brasília de acordo com o Edital de Leilão 2/2011. A concessão se dará no prazo de 25 anos com início em 24 de julho de 2012. Este prazo pode ser estendido por mais anos, se necessário, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. O contrato é dividido em quatro fases: Fase 1-A: Transferência do aeroporto. Fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço. Fase 1-C: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura para recomposição total no nível de serviço estabelecido no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária). Fase 2: Cumprir integralmente a obrigação de manter o nível de serviço estabelecido no PEA. A Fase 1-A está dividida em três estágios sendo o último o início das operações pela Inframerica acompanhado pela Infraero já com todos os custos operacionais e receitas atribuídas à Inframerica. Este estágio teve início em 1º de dezembro de 2012, sendo concluído durante o exercício de 2013. A fase 1-B: Ampliação do Aeroporto para adequação da infraestrutura e melhoria no nível de serviço, teve início em 2013 e está em andamento. Como deveres da Inframerica estabelecidos no Contrato de Concessão há o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação do Aeroporto de Brasília. Ao final da concessão os bens vinculados à exploração do Aeroporto serão revertidos à União sem direito a qualquer indenização para a Companhia. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal. A Inframerica constituiu em 09 de novembro de 2012 três subsidiárias integrais: Inframerica Comercial S.A., Inframerica Estacionamentos S.A. e Inframerica Telecomunicações S.A. para registro das receitas não tarifárias e não reguladas pela ANAC. As receitas tarifárias são exploradas na Companhia. Na Inframerica Telecomunicações S.A. não há movimentação financeira. Em 2013 a Companhia reavaliou a necessidade de manter as subsidiárias à luz do contrato de concessão e decidiu incorporar as subsidiárias Inframerica Comercial S.A. e Inframerica Estacionamentos S.A. **1.1. Incorporação:** Em 31 de outubro de 2013 e 20 de dezembro de 2013, as subsidiárias integrais - Inframerica Comercial S.A. (“Comercial”), e Inframerica Estacionamento S.A. (“Estacionamento”), respectivamente, foram incorporadas pela Companhia, tendo como base laudo elaborado por empresa especializada, considerando critério de patrimônio líquido contábil. A incorporação ocorreu em função do processo de reestruturação societária entre as sociedades envolvidas, com o objetivo de trazer maior eficiência operacional e administrativa e foi efetuada com base no valor do acervo líquido na data-base de incorporação de cada subsidiária.

	Comercial	Estacionamento
Ativo Circulante	192	856
	192	856
Passivo Circulante	(2.417)	(502)
	(2.417)	(502)
Acervo Líquido	(2.225)	354

A incorporação das subsidiárias integrais não alterou o Patrimônio Líquido da Companhia, pois houve a realização do investimento registrado no ativo. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2014.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base da preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as

áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia não realizou transações caracterizadas como outros resultados abrangentes nos exercícios de 2012 e de 2013. Consequentemente, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada. **(a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012 em decorrência da incorporação das investidas no exercício de 2013. Adicionalmente, a sua controladora Inframerica Participações S.A. divulgará as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os saldos bancários mantidos em conta corrente e em fundos de investimento de renda fixa, prontamente conversíveis e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros:** **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e compreendem os saldos mantidos em fundo de investimento em renda fixa, categorizados como “Caixa e equivalentes de caixa”. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber”. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.3.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos especulativos e não realiza operações de hedge. **2.4. Contas a receber de clientes:** O contas a receber corresponde aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou *impairment*). **2.5 Impairment:** **2.5.1 Ativos negociados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: • Dívidas vencidas há mais de 90 dias; • Dificuldade financeira relevante do emiteente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo finan-



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ceiro devido às dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. • A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os valores vencidos há mais de 90 dias, líquidos de recuperações, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento; • Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Mediante avaliações, a Companhia entende que a provisão para riscos sobre o contas a receber está adequada e reflete o histórico de perdas internas. **2.6. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.8. Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.9. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém no Contrato de Concessão que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **2.11. Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabele-

ce também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestado aos usuários. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto, tendo sido adotado a curva de passageiros estimada como base para a amortização. **(a) Direito de concessão (outorga):** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. **(b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura que foi ampliada. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a este ativo. **(c) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **2.13. Compromissos com o poder concedente:** O poder concedente, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável estão registradas sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(a) Outorga:** A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R\$ 4.501.132 dividido em 25 parcelas anuais iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA. O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente (Nota 3(e)), sendo a amortização calculada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão do aeroporto. A Companhia tem como política contábil a capitalização, no intangível, da correção monetária do passivo relativo ao compromisso com o poder concedente (outorga) por entender que a correção monetária passiva é um evento incerto o qual modifica o valor da outorga. **(b) Contribuição Variável:** O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o total da receita bruta da Companhia. O percentual aplicado é de 2% até um limite de receita anual estipulado pela ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil. Após este limite o percentual aplicado é de 4,5%. O limite estabelecido em 2013 foi de R\$ 276.784 (2012 - R\$ 226.234), valor já atualizado pela inflação acumulada. Como a receita bruta do período ultrapassou o limite estabelecido em 2013 a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 4,5%. Neste cálculo não é considerado o reconhecimento da receita da construção. O pagamento desta contribuição deverá ocorrer na data de apresentação das demonstrações financeiras auditadas para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. O limite estabelecido no contrato de concessão para esta apresentação é no dia 15 de maio do exercício subsequente. **2.14. Provisões:** Não foi constituída provisão para manutenção, pois não foram identificados custos relevantes relacionados no contrato de concessão que obrigam a Companhia a recuperar a infraestrutura explorada. **2.15. Demais passivos circulantes;** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando apli-



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receitas tarifárias:** A Companhia obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidas pelo poder concedente através do Anexo 4 do contrato de concessão e são atualizadas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA. As receitas tarifárias são afetadas ainda por dois fatores: X e Q. O fator X foi estabelecido para captar as variáveis associadas a produtividade e eficiência da indústria aeroportuária, podendo gerar efeito positivo ou negativo nas tarifas e o início da sua aplicação ocorre a partir do terceiro ano da concessão, contados à partir da data de eficácia do contrato, 24 de julho de 2012. O fator Q mensura a qualidade dos serviços prestados através de parâmetros estabelecidos no PEA-Plano de Exploração Aeroportuária e poderá afetar positiva ou negativamente as tarifas. O fator Q produzirá efeitos no reajuste tarifário a partir do final do primeiro ano de operação integral do aeroporto pela Concessionária. A partir desse marco temporal, os decréscimos decorrentes do não cumprimento dos padrões para o fator Q serão reduzidos a 30% (trinta por cento) no primeiro ano e 70% (setenta por cento) no segundo ano. A partir do terceiro ano os decréscimos serão integrais (cem por cento). Conforme estabelecido no contrato de concessão, a cada cinco anos haverá revisão dos parâmetros da concessão que visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro. Esta revisão abrange os indicadores de qualidade de serviço que são base para o cálculo do fator Q, a metodologia de cálculo do fator X e do fator Q e a taxa de desconto a ser utilizada no Fluxo de Caixa Marginal. **(b) Receitas não tarifárias:** A Companhia também obtém receitas explorando outras atividades

des no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamento e serviços de telecomunicações às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas nos negócios. **2.17. Regime Tributário de Transição - RTT:** O Regime Tributário de Transição - RTT, lei que disciplina os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 foi extinto pela MP nº 627/2013 com efeitos a partir de 2015 (podendo ser antecipada para 2014, à escolha do contribuinte). Assim, considerando o efeito da MP nº 627/2013, a Companhia em 2013 adotou os preceitos do RTT e eliminou, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (Nota 27). **2.18. Refazimento das demonstrações financeiras do período de 18 maio a 31 de dezembro de 2012:** Em 2013, a Companhia alterou critérios e ajustou cálculos da outorga em que o efeito deve ser reconhecido desde o início da concessão. Portanto as demonstrações financeiras do período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas. Em função da mudança de prática contábil adotada em 2013 que prevê a capitalização da correção monetária da outorga, conforme Nota 2.13(a), o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012 foram afetadas e foram refeitas. O efeito produzido pela referida mudança foi da contabilização da correção monetária do passivo relativo ao Compromisso com o poder concedente (outorga). Por entender que a correção monetária é um evento incerto e que modifica o valor da outorga, considerou-se esta atualização como uma variação do seu valor original. Portanto, a contrapartida da variação pela correção monetária do passivo relativo ao Compromisso com o poder concedente (outorga) é no Ativo intangível reconhecido pelo direito de exploração do aeroporto ao invés de registrar no resultado. O efeito se dará pela amortização do Ativo intangível ajustado. Dessa forma, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas em relação ao tema anteriormente identificado.

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Balanço Patrimonial			
Ativo circulante	125.046		125.046
Tributos diferidos	15.950	(6.925)	9.025
Imobilizado	1.143		1.143
Intangível	2.573.326	8.687	2.582.013
Total Ativo	2.715.465	1.762	2.717.227
Passivo circulante.....	242.274		242.274
Compromissos com o poder concedente -			
Passivo não circulante	2.403.195	(11.680)	2.391.515
Patrimônio líquido.....	69.996	13.442	83.438
Total Passivo e do patrimônio líquido	2.715.465	1.762	2.717.227
DRE			
Receita líquida.....	69.241		69.241
Custos dos serviços	(68.062)	16	(68.078)
Receitas (despesas) operacionais	(30.617)	(7.430)	(23.187)
Resultado financeiro líquido	(19.310)	(12.953)	(6.357)
IR/CSLL Diferidos.....	15.950	6.925	9.025
Prejuízo do período	(32.798)	(13.442)	(19.356)
DFC			
Prejuízo antes do IR e da CS	(48.748)	20.366	(28.382)
Ajustes.....	26.750	12.936	13.714
Variações ativas e passivas.....	(11.443)	7.430	(18.873)
Juros pagos	105		105
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(33.645)		(33.645)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos.....	(9.452)		(9.452)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	102.794		102.794
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	59.697		59.697



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapre- sentado
DVA			
Receitas.....	71.015		71.015
Insumos adquiridos de terceiros.....	(86.277)	(7.430)	(78.847)
Depreciação e Amortização.....	(3.534)	16	(3.550)
Valor adicionado recebido em transferência.....	(2.991)		(2.991)
Valor adicionado total a distribuir.....	(21.787)	(7.414)	(14.373)
Salários e encargos.....	4.770		4.770
Impostos e taxas.....	(13.927)	(6.925)	(7.002)
Despesas com juros.....	20.168	12.953	7.215
Prejuízo do exercício.....	(32.798)	(13.442)	(19.356)
Valor adicionado distribuído.....	(21.787)	(7.414)	(14.373)

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Reconhecimento de receita de construção:** Conforme OCPC 05, quando os serviços de construção representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, é realizado à medida que os serviços de construção são prestados. O OCPC05 determina também que quando a Companhia preste serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. A contabilização das receitas e custos da construção, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, deve seguir o CPC 17 - Contrato de Construção. A Companhia usa o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção. Assim a receita do contrato é reconhecida na demonstração do resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona. Por este método é possível verificar a proporção dos custos incorridos até a data, em contraposição aos custos estimados totais do contrato, medição do trabalho executado e execução de proporção física do trabalho contratado. No encerramento do exercício, após inclusão de aditivos o avanço físico da obra da Fase 1-B, contratada com o consórcio construtor, Helvix S.A., passa para um saldo de R\$ 1.106.022 com um avanço físico de 68,86%. Adicionalmente, a margem da construção estabelecida pela administração é de 2% sobre o custo. A seguir o resultado de construção:

	2013	2012
Receita da Construção.....	718.374	58.556
Custo da Construção.....	(704.288)	(57.409)
Margem de Lucro.....	14.086	1.147

(b) Amortização do intangível: A amortização do ativo intangível com vida útil definida é realizada dentro do prazo da concessão, o cálculo deve representar o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, que se dão em função da curva da demanda. Em 2013, a taxa utilizada foi de 2,29% (2012 - 0,13%) que representa a participação do período no total de passageiros esperado para toda a concessão. **(c) Valor justo do ativo financeiro:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **(d) Depreciação/Amortização do imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circuns-

tâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **(e) Taxa de desconto:** O ajuste a valor presente da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a., estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. **(f) Apuração de tributos diferidos:** É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para tributos. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de tributos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(g) Provisões:** A Companhia não é parte em processos judiciais. Dessa forma, não foi registrada provisão para ações judiciais para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso.

4 GESTÃO DE CAPITAL

4.1. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos. **4.2. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. **4.3. Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 720.231, devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, que por se tratar de uma operação estruturada, vinculada a um cronograma de execução da obra do Aeroporto de Brasília, neste momento, assume a condição de empréstimo ponte com consequente característica de curto prazo. Considerando que a Companhia cumpriu com os pré-requisitos previstos até esse momento no cronograma de execução, essa dívida está sendo convertida em dívida de longo prazo, inclusive com a liberação da parcela de crédito adicional. Para fazer frente às obrigações presentes (Compromisso junto ao Poder Concedente - outorga) está presente no Plano de Negócios da Companhia aportes de capital efetuado por seus acionistas até que a operação entre em capacidade plena e alcance a maturidade do negócio.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa	195	
Contas Correntes	2.050	28
Aplicações financeiras (a)	34.515	59.669
	<u>36.760</u>	<u>59.697</u>

(a) As aplicações financeiras são quotas de Fundo de Investimento de renda fixa, a uma taxa média de 98,8% do CDI, com liquidez imediata.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2013	2012
Circulante		
De atividades tarifárias		
Passageiros	14.529	11.719
Aeronaves	4.076	2.935
Cargas	328	368
	<u>18.933</u>	<u>15.022</u>
Atividades não tarifárias		
Estacionamento	607	
Cessão de Espaço	15.769	
Outros	366	
	<u>35.675</u>	<u>15.022</u>
Perda Estimada		
Risco de crédito	(1.853)	
Vencidos a mais de 3 meses	(2.354)	
	<u>(4.207)</u>	
	<u>31.468</u>	<u>15.022</u>
Não Circulante		
Atividades não tarifárias - Cessão de Espaço	600	
Total	<u>32.068</u>	<u>15.022</u>

7 PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	2013	2012
Ativo:		
Despesas a recuperar - Inframerica Comercial S.A.		17.948
Despesas a recuperar - Inframerica Estacionamento S.A.		3.167
Adiantamento - Helvix S.A. (a)	6.990	27.807
Contas a receber - Infraero (b)	1.057	
Despesas a recuperar - Inframerica Telecomunicações	24	
Despesas a recuperar - Inframerica Participações	326	
Despesas a recuperar - Inframerica ASGA	256	
	<u>8.653</u>	<u>48.922</u>
Passivo:		
Implantação Projeto Aeroporto - Infravix		(7.165)
Implantação Projeto Aeroporto - Corporación America S.A.		(13.347)
Engevix Engenharia S.A.		(1.052)
Salários a pagar - Infraero (c)	(331)	(3.233)
Valores a pagar - Helvix S.A. (d)	(27.563)	
Valores a pagar - Infraero (e)	(2.690)	
	<u>(30.584)</u>	<u>(24.797)</u>

	Receita (despesa)	
	2013	2012
Recuperação de despesas - Inframerica Comercial S.A. (f)		17.948
Recuperação de despesas - Inframerica Estacionamento S.A. (f)		3.167
		<u>21.115</u>
Despesas de salário - Infraero (c)	(2.927)	(3.233)
Despesas com Projeto Aeroporto - Infravix (g)		(7.165)
Despesas com Projeto Aeroporto - Corporación America S.A. (g)		(13.347)
Custo da construção - Helvix S.A. (d)	(704.288)	(57.409)
	<u>(707.215)</u>	<u>(81.154)</u>

(a) Adiantamento feito para a HELVIX - Consórcio Construtor das obras, conforme o contrato de empreitada de obras de ampliação, adequação e reforma do Aeroporto Internacional de Brasília. (b) Cobrança realizada pela INFRAERO, de valores de telefonia devidos a Companhia. (c) Referem-se aos encargos e salários dos funcionários cedidos pela Infraero os quais participaram e deram suporte ao processo de transição da administração do Aeroporto Internacional de Brasília. (d) Saldo de Medição do Contrato EPC da obra a pagar. (e) Itens de almoxarifado transferidos da Infraero para Companhia. (f) Refere-se a recuperação de parte das despesas financeiras decorrentes do compromisso com o poder concedente, notadamente, o ajuste a valor presente e a correção monetária incidentes sobre a outorga, mediante critério de rateio estabelecido pela administração. (g) Despesas pré-operacionais incorridas pelos sócios a serem reembolsadas pela Companhia ou utilizadas como aumento de capital.

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	2013	2012
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.012	133
Contribuição social s/ lucro líquido - CSLL	34	
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	109	
Programa de integração social - PIS	58	
Contribuição para o finan. da seguridade social COFINS	249	
Programa de integração social - PIS (a)	2.068	
Contribuição para o finan. da seguridade social COFINS (a)	9.523	
Outros		37
	<u>13.053</u>	<u>170</u>
Não Circulante		
Programa de integração social PIS (a)	4.865	
Contribuição para o finan. da seguridade social COFINS (a)	22.410	
	<u>27.275</u>	
Total	<u>40.328</u>	<u>170</u>

(a) Crédito de PIS/COFINS da aquisição de ativo intangível separado entre circulante e não circulante de acordo com o prazo legal de utilização. Devido a imaterialidade dos referidos créditos em 2012, o registro desse ativo iniciou em 2013.

9 OUTROS ATIVOS

	2013	2012
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	18.342	4
Materiais de manutenção a consumir	2.892	
Benefícios a funcionários	690	
Outros	333	20
	<u>22.257</u>	<u>24</u>
Não Circulante		
Outros	1.239	
	<u>23.496</u>	<u>24</u>

(a) O saldo de adiantamento é composto, em mais de 90%, por fornecedores das atividades de obras.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 INTANGÍVEL

	Infraestrutura		Outorga de Concessão	Projetos	Software	Total
	Em andamento	Em operação				
Aquisições	7.410	238	2.555.877	613	36	2.564.174
Capitalização dos juros			33			33
Capitalização da correção monetária			20.191			20.191
Margem da receita de construção	1.147					1.147
Amortização do intangível			(3.503)		(1)	(3.504)
Amortização da correção monetária			(28)			(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 *	8.557	238	2.572.570	613	35	2.582.013
Aquisições	754.007	7.493		5.330	13	766.843
Capitalização dos juros			17.165			17.165
Capitalização da correção monetária			151.508			151.508
Margem da receita de construção	14.086					14.086
Amortização do intangível		(161)	(58.628)		(8)	(58.797)
Amortização da correção monetária			(2.366)			(2.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	776.650	7.570	2.680.249	5.943	40	3.470.452

* Vide Nota 2.18

11 IMOBILIZADO

Custo	31/12/2012	Adições	Transfe- rências	31/12/2013	Taxa anual depreciação
Instalações	137		(20)	117	
Máquinas e equipamentos	88	2	20	110	
Móveis e utensílios	316	386		702	
Equipamentos de informática	616	581		1.197	
	1.157	969	-	2.126	
Depreciações Acumuladas					
Instalações	(1)	(10)		(11)	10%
Máquinas e equipamentos	(2)	(12)		(14)	10%
Móveis e utensílios	(3)	(51)		(54)	10%
Equipamentos de informática	(8)	(172)		(180)	20%
	(14)	(245)		(259)	
Total	1.143	724		1.867	

12 FORNECEDORES

	2013	2012
Fornecedores nacionais - obras	18.238	10.210
Fornecedores nacionais - gerais	17.804	
Fornecedores estrangeiros	1.227	
	37.269	10.210

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2013
Circulante	
Empréstimo ponte (a)	495.303
Capital de giro (b)	25.959
Leasing	47
	521.309
Não circulante	
Capital de giro (b)	13.653
Leasing	82
	13.735
Total dos empréstimos e financiamentos	535.044

(a) O empréstimo ponte contratado em 14 de janeiro de 2013 pelo valor de R\$ 488.000, com correção de TJLP + 2,4%a.a. Possui vencimento em fevereiro de 2014 (com liquidação confirmada pelo emitente na referida data), com posterior vinculação à primeira tranche do empréstimo de longo prazo.

(b) O capital de giro foi contratado em 22 de novembro de 2013, pelo valor total de R\$ 40.000 ao custo de CDI + 0,65%a.m. O prazo dessa operação é de 18 meses. O valor contábil considera juros a apropriar, apresentado a seguir:

	2013		
	Captação corrigida	Juros a apropriar	Valor contábil
Circulante			
Empréstimo ponte (a)	499.788	(4.485)	495.303
Capital de giro (b)	42.775	(3.163)	39.612
Leasing	142	(13)	129
	542.705	(7.661)	535.044

Banco	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2013
BNDES	mai/13	240.000	fev/14	TJLP + 2,4%	243.693
BNDES	jul/13	60.000	fev/14	TJLP + 2,4%	60.923
BNDES	set/13	115.000	fev/14	TJLP + 2,4%	116.770
BNDES	out/13	73.000	fev/14	TJLP + 2,4%	73.917
BRB	nov/13	40.000	abr/15	8,1%	39.612
City Bank	set/13	155	set/16	17,1%	129
		528.155			535.044



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 COMPROMISSOS COM O PODER CONCEDENTE

A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente estão detalhados na Nota 2.13.

A obrigação reconhecida no passivo circulante refere-se à contribuição variável do exercício mais a segunda das vinte e cinco parcelas da contribuição fixa. Esta parcela é corrigida monetariamente com base no IPCA compreendido no período.

	2013	2012
		Nota 2.18
Contribuição variável - ANAC	7.969	248
Contribuição fixa - outorga	2.686.965	2.587.588
	<u>2.694.934</u>	<u>2.587.836</u>
Circulante	213.674	196.320
Não circulante.....	2.481.260	2.391.515
	<u>2.694.934</u>	<u>2.587.835</u>

(a) Composição da contribuição fixa por ano de vencimento

	2013	2012
2 A 5 anos	109.752	86.250
6 A 10 anos	412.290	368.985
11 A 15 anos	538.846	482.249
16 A 20 anos	704.250	630.280
21 A 24 anos	716.122	823.751
Não Circulante.....	<u>2.481.260</u>	<u>2.391.515</u>

15 OUTROS PASSIVOS

	2013	2012
Adiantamento de clientes	5.729	-
Repasse FNAC (a)	2.626	898
Repasse ATAERO (b)	7.097	2.594
Repasse PAN/PAT (c)	55	37
Outros.....	1.432	242
Passivo a descoberto Inframerica Comercial S.A.		3.133
Passivo a descoberto Inframerica Estacionamento S.A.....		716
	<u>16.939</u>	<u>7.620</u>

(a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. O repassado corresponderá sempre a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do contrato de concessão. (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela lei 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. (c) O repasse Pan/Pat foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DCEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme o peso das bagagens e cargas.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social é representado por 243.251.000 Ações Nominativas, sendo: 124.058.010 Ações detidas pela Inframerica Participações S.A. e 119.192.990 Ações detidas pela Infraero, representativo à 51% e 49%, respectivamente, totalmente integralizados em 31 de dezembro de 2013 (2012 R\$ 102.794). Em julho de 2013 a Companhia teve a integralização da parcela restante do capital social previsto no estatuto, no valor de R\$ 140.457, respeitando as participações representativas de cada acionista. **(b) AFAC:** O saldo da conta adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC" representa o montante de R\$ 120.543 recebidos dos acionistas Inframerica Participações S.A. R\$ 76.267 e INFRAERO R\$ 44.276 no

ano de 2013, conforme chamada de capital realizada em julho de 2013. O aumento de capital foi ratificado pelo Conselho de Administração no dia 26 de fevereiro de 2014. Do total de "AFAC", R\$ 15.034 refere-se aos gastos pré-operacionais dos acionistas e R\$ 105.509 aporte efetivo.

17 RECEITA LÍQUIDA

	Exercício findo em 31/12/2013	Período de 18/05 a 31/12/2012
Receita bruta - Tarifária	149.684	12.459
Receita bruta - Não Tarifária (a)	58.018	
Receita bruta de construção	718.374	58.556
COFINS	(15.701)	(946)
PIS.....	(3.409)	(206)
ISS.....	(7.485)	(622)
Receita líquida	<u>899.481</u>	<u>69.241</u>

Impostos incidentes sobre os serviços consistem principalmente de ISS calculado às alíquotas em vigor no Distrito Federal (5%) e relacionadas ao PIS (1,65%) e COFINS (7,6%). (a) As receitas não tarifárias incluem a cessão de espaços físicos para a exploração de diversas atividades, incluindo estacionamento. No exercício de 2013, destaca-se a realização de uma receita decorrente da transferência do direito de exclusividade para exploração de uma atividade específica desenvolvida em espaço cedido no valor total de R\$ 47.113 (R\$ 42.731 referente à receita líquida).

18 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Exercício findo em 31/12/2013	Período de 18/05 a 31/12/2012
		Nota 2.18
Pessoal	32.140	3.262
Serviços de terceiros.....	55.433	2.601
Utilidades e telecomunicações	8.632	678
Outros.....	1.584	1.632
Amortização e depreciação.....	415	15
Amortização Outorga fixa (a) ...	36.469	2.233
Outorga variável (b)	5.424	248
Custos de construção.....	704.288	57.409
	<u>844.385</u>	<u>68.078</u>

(a) O valor total de amortização da outorga fixa foi inicialmente registrado na Companhia e depois distribuído para as subsidiárias. O valor apresentado acima é líquido. O registro da amortização da outorga fixa foi realizado, no ano de 2012, na "Comercial" pelo valor de R\$ 1.110, e na "Estacionamento" pelo valor de R\$ 176 e em 2013 pelos valores de R\$ 21.799 e R\$ 2.726 respectivamente. (b) O registro da outorga variável que tem como base a receita, foi realizado separadamente na Companhia e suas subsidiárias. Em 2012, o valor registrado na "Comercial" foi R\$ 126, e na "Estacionamento" R\$ 21. Em 2013, os registros foram pelos valores de R\$ 2.206 e R\$ 339 respectivamente.

19 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31/12/2013	Período de 18/05 a 31/12/2012
Pessoal	19.063	3.844
Serviços de terceiros.....	2.426	2.838
Utilidades e telecomunicações	1.054	217
Seguros	3.216	621
Tecnologia da informação.....	5.407	376
Outros.....	1.630	158
Rateio subsidiárias	(14.191)	(2.799)
	<u>18.605</u>	<u>5.255</u>

20 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS (PREJUÍZOS) DE CONTROLADAS

	Exercício findo em 31/12/2013			Período de 18/05 a 31/12/2012		
	Comercial	Estacionamento	Total	Comercial	Estacionamento	Total
Resultado	(53.970)	(10.756)	(64.726)	(3.116)	(733)	(3.849)



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Em 2012, as Demonstrações dos Resultados apresentaram o valor de R\$ 13.082 referente às despesas pré-operacionais (Infravix S.A. R\$ 7.165 e Corporación América S.A. R\$ 13.347 (Nota 7)) e recuperação de despesas (R\$ 7.430). Em 2013 o valor de R\$ 8.125 referente à Perdas com créditos de liquidação duvidosa envolve o contas a receber de clientes (R\$ 4.207) e créditos decorrentes de cessão de espaço físico junto a partes relacionadas (R\$ 3.918).

22 RESULTADO FINANCEIRO

	Exercício findo em 31/12/2013	Período de 18/05 a 31/12/2012
		Nota 2.18
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras.....	2.975	852
Descontos obtidos.....	589	6
	3.564	858
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente		
- Direito de concessão.....	(13.545)	(11.486)
Alocação de outorga para investidas (a).....	4.376	
Juros, encargos e taxas bancárias.....	(1.877)	(105)
	(15.422)	(7.215)
Resultado Financeiro Líquido...	(11.858)	(6.357)

(a) Não ocorreu alocação em 2013 em função da incorporação descrita na nota 1.1.

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias e base negativa e prejuízo fiscal auferidos em 31 de dezembro de 2013. Conforme cálculo descrito abaixo:

a) Conciliação do resultado antes do IR/CSLL e da despesa (benefício) do IR/CSLL

	2013	2012
		Nota 2.18
Prejuízo antes do IR/CSLL.....	(49.205)	(28.382)
Equivalência patrimonial.....	64.726	3.849
Despesas indedutíveis.....	1.705	176
	17.226	(24.357)
Adições (exclusões) temporárias		
Outorga (passivo).....	(64.611)	(8.811)
Margem de construção (passivo).....	(14.086)	(1.147)
Provisões temporárias (ativo).....	23.833	20.136
Base de cálculo.....	(37.638)	(14.179)
IR/CSLL - 34%.....	12.797	4.821
IR/CSLL diferido ativo		
sobre adições temporárias.....	8.103	6.847
IR/CSLL diferido passivo		
sobre exclusões temporárias.....	(26.757)	(3.386)
Outros.....	(768)	743
Benefício (despesa) de IR/CSLL no exercício.....	(6.625)	9.025

b) Composição do IR/CSLL Diferido

	2013	2012
Ativo		
Prejuízo fiscal.....	17.618	4.821
Adições temporárias.....	14.950	6.847
Outros.....		744
Passivo		
Outorga.....	(24.964)	(2.996)
Margem de Construção.....	(5.179)	(390)
Outros.....	(25)	
IR/CSLL Diferido.....	2.400	9.025

24 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **(b) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. **(c) Risco de crédito:** A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. **(d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, conforme Nota 4.3. **(e) Risco de mercado: Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos compromissos, presentemente assumidos.

25 SEGUROS

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Prêmio Total
Reforma do aeroporto		
- Risco de engenharia	Risco de engenharia	491.585
RC Geral 01 - Reparação de danos materiais e morais a terceiros	Risco de danos materiais a terceiros	202.669
Aeronáutico - Responsabilidade civil hangar	Responsabilidade civil hangar	864.770
RC Administradores	Responsabilidade gestão aeroportuária	582.899
Concessão para manutenção e exploração aeroportuária	Responsabilidade cumprimento do contrato	3.053.451
Veículos operacionais	Riscos de danos diversos	63.052

26 MEDIDA PROVISÓRIA 627/13

A Medida Provisória nº 627 (MP 627/13), publicada em 12 de novembro de 2013, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais inclui a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A MP 627/13 encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número significativo de emendas propostas. Ademais, a Receita Federal do Brasil - RFB deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela Medida Provisória, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas. Com base em sua redação atual, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela MP 627/13 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, a forma de exercício dessa opção ainda carece de regulamentação. A Administração não pretende optar pela antecipação dos efeitos da MP 627/13, e aguardará a regulamentação definitiva das alterações à redação original de forma a avaliar seus eventuais efeitos futuros.



DIRETORIA

Alysson Paolinelli Barros
Diretor Presidente

Jorge Paulo Rodrigues Del Gaizo
Diretor Financeiro

Wilman Sanchez Moitinho - Contador - CRC: SP 289876/O-1 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia"), com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da auditoria externa, fundamentado no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 11.04.2013 e, após examinados o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis auditadas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2013, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados, que refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, recomendando sejam aprovadas em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que será realizada em 30 de abril de 2013.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva Capitalização de correção monetária

Conforme mencionado nas Notas 2.13 (a) e 2.18 às demonstrações financeiras, a Companhia alterou sua prática contábil durante o exercício de 2013, passando a capitalizar a correção monetária incidente sobre a outorga. Essa política não está de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão". Conforme mencionado na Nota 10 às demonstrações financeiras, a correção monetária capitalizada no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 151.508 mil (31 de dezembro de 2012 - R\$ 20.191 mil), com respectiva amortização ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de parcela do valor capitalizado, no montante de R\$ 2.366 mil (período de 18 de maio a 31 de dezembro de 2012 - R\$ 28 mil). Assim, o ativo intangível está apresentado a maior em R\$ 169.305 mil (31 de dezembro de 2012 - R\$ 20.163 mil), e o prejuízo do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a menor e a maior, respectivamente, em R\$ 98.433 mil (31 de dezembro de 2012 - R\$ 13.308 mil) e R\$ 111.741 mil (31 de dezembro de 2012 - R\$ 13.308 mil), líquidos dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos - Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pelo Contrato de Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Brasília. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de abril de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Geovani da Silveira Fagunde
Contador CRC 1MG051926/O-0 "S" DF



www.bsb.aero